

PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PERSPECTIVA DE ACADÊMICOS DE UM CURSO DE LETRAS

Dayse Clementino Sousa (UFNT)

dayse_lattes@outlook.com

Janete Silva dos Santos (UFNT)

janetesantos@uft.edu.br

RESUMO

Este trabalho analisa posicionamentos relativos ao preconceito linguístico em curso de licenciatura. O objetivo básico foi investigar essa referência na perspectiva de acadêmicos(as) de Letras. A pesquisa foi desenvolvida com base em estudos propostos principalmente por Marco Bagno e Paulo Freire. O instrumento para geração de dados foi entrevista gravada em áudio, seguida de transcrição livre. Como procedimento para o exame foi usada a Análise de Conteúdo, fundamentada em Bardine Marconi, através da categorização, análise e interpretação. O *corpus* foi composto por cinco entrevistas realizadas com acadêmicos(as) da Universidade Federal do Tocantins. Os resultados evidenciam que, para os(as) acadêmicos(as), o preconceito linguístico era apenas uma questão de conhecimento, ou seja, dependia de os falantes terem ou não o conhecimento da gramática normativa e o domínio da norma culta. Os(as) acadêmicos(as) estavam, parcialmente, munidos de saberes e concepções, para o enfrentamento desse preconceito. Mesmo assim, enfatizamos que esses resultados não anulam a necessidade de inclusão da disciplina de Sociolinguística no curso de Letras.

Palavras-chave:

Falantes opressores. Falantes oprimidos. Preconceito linguístico.

ABSTRACT

This work analyzes positions related to linguistic prejudice in a degree course. The basic objective was to investigate this reference from the perspective of academics of Letters. The research was developed based on studies proposed mainly by Marco Bagno and Paulo Freire. The instrument for data generation was an audio-recorded interview, followed by free transcription. As a procedure for the examination, Content Analysis was used, based on Bardin and Marconi, through categorization, analysis and interpretation. The corpus consisted of five interviews carried out with academics from the Federal University of Tocantins. The results show that, for academics, linguistic prejudice was just a matter of knowledge, that is, it depended on whether or not the speakers had knowledge of normative grammar and mastery of the cultured norm. The academics were partially equipped with knowledge and concepts to face this prejudice. Even so, we emphasize that these results do not nullify the need to include the discipline of Sociolinguistics in the Literature course.

Key-words:

Opressive speakers. Oppressed speakers. Linguistic prejudice.

1. Introdução

“Preconceito”, segundo consta no dicionário Michaelis (2020) *on-line*, que apresenta quatro formulações para o verbete, das quais tomaremos três, é: (i) Conceito ou opinião formados [*sic*] antes de ter os conhecimentos necessários sobre um determinado assunto; (ii) Opinião ou sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão; (iii) Atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos.

Vê-se, pelas formulações acima, como a definição de “preconceito” recobre rota semântica que segue numa crescente: da simples ignorância de algo sobre o qual se opina, aos sentimentos, chegando às atitudes condicionadas que geram injusto sofrimento às vítimas de qualquer preconceito, considerando que o preconceito já parte de uma ignorância a respeito daquilo sobre o qual se emite juízo, sentenças, gerando opressões. Entretanto, o preconceito é não apenas construído a partir de desconhecimento ou de equívoco, é aprendido e ensinado sistematicamente (na e pela sociedade), seja de modo tácito, seja de modo evidente. Em nosso recorte reflexivo, vamos focalizar um tipo específico de preconceito, o linguístico, que, considerando a complexidade que envolve as relações sociais, está intimamente ligado a muitos outros tipos de preconceito e, conseqüentemente, a opressões.

O preconceito linguístico de acordo com estudiosos do tema ocorre pela noção equivocada que muitos têm de pensar que língua e gramática são a mesma coisa, assim, muitos falantes de uma mesma língua acabam discriminando negativamente outros falantes pelo seu modo de falar. Este preconceito tem como alvo tanto a língua oral como a língua escrita: a primeira é analisada apenas do ponto de vista das regras gramaticais; a segunda é o que Bagno (2003) chama de preconceito grafocêntrico, analisada apenas do ponto de vista da escrita, mas o fator fulcral é que nenhuma das duas leva em consideração os fenômenos e os critérios exigidos pela ciência linguística.

Acreditamos que o peso do preconceito linguístico é mais negativo quando praticado contra pessoas que já sofrem outros tipos de preconceito, como social, racial, de gênero, ocorrendo principalmente contra pessoas analfabetas ou com pouca escolaridade. Pessoas que geralmente são desprovidas de poder econômico, *status* e prestígio social, isto é, pessoas já vítimas de outros preconceitos e opressões. Ele

se manifesta no ambiente de trabalho, nas relações cotidianas pessoais, familiares, interpessoais, e também no ambiente de ensino-aprendizagem, seja ele básico, seja ele superior. Diante disso, escolhemos a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para analisar posicionamentos sobre o preconceito linguístico na perspectiva de alguns acadêmicos que cursavam, à época da pesquisa, Licenciatura em Letras.

Primeiramente coletamos dados e informações com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: “A formação está favorecendo aos(às) acadêmicos(as) uma apropriação de saberes no sentido de combater o preconceito linguístico ou os está levando a reproduzirem esse preconceito?”. Nosso objetivo foi investigar o posicionamento deles(as) em relação a esse tema, analisar o que eles(as) pensam como futuros(as) professores(as) de línguas e interpretar o peso do seu posicionamento e de implicações em possível prática pedagógica no futuro.

Acreditamos que este trabalho contribuirá de modo direto, para outros estudos e pesquisas que porventura queiram discutir a necessidade de inclusão da disciplina de Sociolinguística na matriz curricular dos Cursos de Letras do Brasil, considerando que, no contexto local do curso foco da pesquisa, não havia oferta dessa disciplina. Queremos também chamar a atenção dos acadêmicos para esse problema durante a formação que estão tendo, para que eles(as) saiam da universidade mais preparados para enfrentar também esse tipo de preconceito, não o reproduzindo em sala de aula nem na sociedade de um modo geral.

2. Preconceito linguístico: falantes opressores e falantes oprimidos nas relações de poder

Entendemos que o preconceito linguístico também é uma forma de opressão que tem por mecanismo a depreciação do outro enquanto falante. Ela é manifesta entre falantes de uma mesma língua em situações nas quais fala e escrita são necessárias para que haja comunicação entre pessoas ou grupos. Vez ou outra usaremos aqui, e de acordo com a necessidade, os termos; falantes opressores e falantes oprimidos por acreditarmos que se trata de uma situação de opressão, por decorrer também de uma relação desigual de poder, na qual alguns falantes estão em desvantagem em relação a outros.

Os falantes opressores na maioria das vezes apoiam seu preconceito linguístico apenas em juízos de valor, utilizando somente discursos do senso comum para justificarem essa prática. Freire (1987) identifica que esta maneira de assim proceder, compreender o mundo e os homens explica-se, na experiência em que se constituem a classe dominadora. Nesse caso, a classe dominadora é aquela a que pertencem os opressores, visto que, nas relações de poder, eles têm todos os meios para controlar a classe oprimida, categorizando-se esta, por meio de rótulos discriminatórios, conforme seja mais conveniente aos interesses daquela.

Estudos e produções acadêmico-científicas sobre o preconceito linguístico ganharam maior visibilidade e impulso por meio do professor, autor e pesquisador Marcos Bagno, que ofereceu à sociedade um passeio bastante didático pela linguística, mobilizando o vigor da prosa literária, focando em especial no enredo uma visão de língua como conjunto de variedades orais (e conseqüentemente escritas) historicamente legítimas, por meio da obra, publicada em primeira edição no ano de 1997, “A língua de Eulália, a novela sociolinguística”. A narrativa desmitifica para o leitor, através da linguagem da personagem Eulália, dada a relação de trabalho com uma patroa (Irene) que é professora e doutora em Linguística, a noção de erro em relação às variedades orais da língua consideradas não padrão (Cf. BAGNO, 1997).

Sua segunda obra nessa linha, a mais conhecida, e que embasa, pelo detalhamento científico-pedagógico, a temática e a discussão do presente artigo, intitulada *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, publicada em primeira edição em 1999, deve ser lida e utilizada por todo(a) professor(a) de língua portuguesa brasileira, pois serve como um guia inicial que elucida os principais equívocos conceituais e teóricos relacionados a esse problema. Então, qual é o principal equívoco originador deste preconceito? Em suas considerações iniciais, Bagno (1999) explica que:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo. Também a gramática não é a língua. (BAGNO, 1999, p. 9)

A grande confusão entre língua e gramática normativa, apesar dos esforços de muitos pesquisadores linguistas, ainda persiste nos discursos de muitos falantes opressores que também estão inseridos(as) no

ambiente acadêmico. Já ouvimos, e é comum ouvir, posicionamentos como: “a ciência linguística não serve para nada, na hora do concurso público você só será aprovado se tiver conhecimento e domínio da gramática normativa”; ou: “estão ensinando as pessoas que falar errado é correto”. Concordamos em parte com a primeira frase, considerando que os brasileiros mais escolarizados deveriam ter conhecimento e apropriação, em boa medida, da gramática normativa que rege a variedade da língua tomada como padrão, ou culta, adjetivação bastante criticada por Bagno, para usá-la quando necessário, mas a última afirmação chega a ser irônica.

Ora, o que é falar errado? E o que é falar correto? Quais critérios estão utilizando para obter esse resultado? Estão levando em conta o critério de acesso à educação? Se essas pessoas que falam tudo “errado” são alfabetizadas? São analfabetos funcionais? A região onde vivem zona urbana ou rural? E a idade? Qual comunidade ou grupo elas pertencem? Consequentemente, temos outras confusões de natureza teórica listadas por Bagno (1999): (i) Monolinguismo x homogeneidade linguística; (ii) Língua x gramática normativa; (iii) Português Brasileiro x português de Portugal; (iv) Língua escrita x língua falada; (v) Ortografia x fonética; (vi) Norma culta real x norma culta ideal; (vii) Variedade culta falada x variedade culta escrita.

A primeira confusão que deve ser desfeita é entre o monolinguismo e a homogeneidade linguística. Essa é uma ideia errada que ainda está presente no discurso dos falantes opressores. Se todo falante sabe intuitivamente sua própria língua, é obvio que ele também sabe, por exemplo, que, se ele é da região Nordeste, não vai falar do mesmo modo que uma pessoa da região Sul. Mesmo que tenha o conhecimento e domínio da norma padrão, haverá características em sua fala que irá marcar a diferença em relação à fala dos demais.

A não distinção entre Língua e gramática, para Bagno, talvez seja a confusão mais comum. Segundo, podemos comparar esses dois objetos, mas não devemos insistir no erro de afirmar que ambos tratam da mesma coisa. Conforme Bagno (1999), devemos ver a língua como um bloco de gelo que flutua no mar ao longo do tempo, a gramática normativa tenta apenas descrever uma parte mais visível deste bloco, ou seja, a norma culta.

Com base na explicação do autor, vê-se que a gramática normativa, independentemente de seu apelo e importância, não recobre

todos os fenômenos e fatos da língua. Enfim, ela não consegue acompanhar seu fluxo contínuo e sua dinamicidade.

No que tange à língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, muitos estudiosos ainda persistem em discursos como: “o português de Portugal é mais bonito” ou “o mais correto”. Inclusive, muitos estudiosos do Brasil não aceitam o termo (português brasileiro) por terem uma visão eurocêntrica e colonialista da língua. Diante disso, Bagno (1999) defende, na perspectiva linguística, que a língua falada no Brasil já tem uma gramática e também regras de funcionamento que diferem da gramática de Portugal. Entre as diferenças estão o vocabulário, as construções sintáticas, o uso de certas expressões, a pronúncia, além de certas vogais e consoantes que não fazem parte do nosso sistema fonético.

Simultaneamente, temos a confusão entre língua falada e língua escrita, e no contexto de ensino da língua portuguesa muitos ainda tem essa ideia arraigada de que falar “corretamente” é falar do mesmo jeito que se escreve. Sobre isso Bagno (1999) sustenta que a escrita alfabética, em sua regulamentação ortográfica oficial, não é a fala, é apenas uma tentativa de representação gráfica e convencional dela. Nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo reproduz a fala fielmente. Todavia, entendemos que é necessário ensinar a escrever conforme a ortografia oficial, mormente em gêneros formais, pela necessidade de padronização em certos contextos comunicativos.

Agora temos uma confusão que é um pouco mais difícil de entender, devemos ter atenção principalmente com aqueles que ainda não tem conhecimento linguístico e gramatical mais amplo, no sentido de conhecimento escolarizado. Estamos falando da confusão entre ortografia e fonética, segundo Bagno (1999) explica, a ortografia trata das regras da língua escrita e a fonética trata dos fenômenos da língua oral, logo, não devemos confundir letra com som. Referimo-nos ao conhecimento gramatical no início pelo fato de a fonética e a fonologia serem uma parte da gramática descritiva que trata dos aspectos fônicos, físicos e fisiológicos da língua.

Por outro lado, a confusão entre norma culta real e norma culta ideal, fora dos livros e círculos de estudos e pesquisas linguísticas, ainda não é bem compreendida. De acordo com Bagno (1999), a expressão norma culta é usada pela tradição gramatical conservadora, mas não representa a língua usada pelas pessoas cultas do Brasil, é um ideal

linguístico inspirado no português de Portugal, em escritores clássicos, em regras sintáticas próximas da gramática latina, e no gosto dos gramáticos. Então, compreendemos a norma culta que muitos associam a elite, e ao purismo é uma norma culta urbana geral brasileira, mesmo que idealizada, mencionada pelo autor.

No último caso estão a variedade culta falada e a variedade culta escrita; vimos anteriormente que existe uma norma culta urbana geral brasileira, no entanto, devemos observar suas particularidades tanto na fala como na escrita. Diante disso, Bagno (1999) nota que, na língua falada, o rótulo de erro recai sobre as manifestações linguísticas (fonética, morfológica e sintática, principalmente) que divergem das regras prescritas pela gramática normativa, conhecida como uma codificação da ‘língua culta’. Em relação à língua escrita, é uma tentativa de analisar a língua falada, levando-se em consideração que toda pessoa, ao grafar sua mensagem, fará segundo o seu perfil sociolinguístico.

Se tivéssemos esses conhecimentos inseridos nas disciplinas dos Cursos de Letras e no ensino de língua portuguesa da educação pública, evitaríamos muita confusão, debates regados a agressividades e ironias, situações e comportamentos que são muitas vezes infrutíferos. Logo, estaríamos um passo à frente contra o preconceito linguístico e mais próximos de tratamentos menos desigual entre os falantes de língua portuguesa. Contudo, nesse debate ainda existem os que são contrários aos conhecimentos da ciência linguística, opondo-se aos que são a favor dela e do conhecimento que ela produz. Nesse ponto, Bagno (1999) destaca:

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada “artificial” e reprovando como “erradas” as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o idioma. Seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer *BUnito* ou *BOnito*, mas que só pode escrever *BONITO*, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito [...]. (BAGNO, 1999, p. 52) (grifo nosso)

Somos a favor da ciência linguística sim, para que os fenômenos da língua possam ser explicados, mas não de qualquer forma, e sim com todos os fundamentos e rigor que ela exige; assim como somos a favor do ensino da gramática normativa também, pois em certos contextos o domínio das regras gramaticais da variedade padrão é necessário. Bagno, ao longo de seus trabalhos, tem sugerido que se opte pelo termo “língua de prestígio” em vez de língua padrão, pois assim, pela locução adjetiva

“de prestígio”, assume-se o valor socioideológico dado a uma das legítimas variedades, o que diverge do valor científico que é dado a qualquer variedade de uma língua. Visto que, elas têm plasticidade, realizando-se, mormente na oralidade, conforme as peculiaridades e necessidades dos grupos de usuários, os falantes.

Sobre questões de opressão, como a que pautamos neste texto, Freire (2000, [s.p.]) argumenta: “O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, (...) é um discurso negador da humanização (...)”. Sem dúvida, como estudantes ou graduados em Letras e como professores formadores, não devemos discursar a favor da acomodação cega e muito menos do silêncio imposto pelos opressores aos oprimidos negando assim nossa humanização.

A guisa de esclarecimento, enfatizamos que a discussão nem deveria ser sobre ou contra os falantes oprimidos que, na visão de leigos e gramáticos, “não sabem falar” ou não sabem “escrever corretamente”. Pelo contrário, a discussão deveria ser sobre e a favor do acesso destes a um ensino público de qualidade, que contemple tanto a gramática normativa, aplicada a determinada variedade (a mais prestigiada socialmente), como a linguística, a fim de se destacar a distinção entre a língua do ponto de vista científico e a língua do ponto de vista da normatização socioideológica. Notamos que a pressa em fazer julgamentos baseados em conceitos sem fundamentação, sem conhecimento razoável, é um dos fatores que mantêm a opressão de alguns falantes sobre outros falantes. Nesse aspecto, Freire (1987, p. 15) reforça dizendo:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos.

Entendemos que a função do ensino de língua portuguesa no Brasil tem que ser a de um ensino que torne os falantes oprimidos capazes de se afirmarem também por meio do conhecimento da norma padrão tanto na escrita como na oralidade. Mas, ao mesmo tempo, devemos respeitar os falantes que não tiveram essa oportunidade seja por qual motivo for. Da mesma forma, é a necessidade do conhecimento linguístico diversificado que dará voz a esses falantes oprimidos para que

saíam dessa condição, não permitindo, assim, que seus opressores lhes dirijam excludentes e/ou depreciativos, meramente preconceituosos.

3. Procedimentos metodológicos

O tema deste trabalho já foi objeto de estudos e pesquisas de vários autores, mas o autor principal que norteia a maior parte desta perspectiva linguística, na atualidade, é o pesquisador Marcos Bagno. Suas pesquisas sobre o preconceito linguístico estão relacionadas tanto ao contexto da sociedade nas suas relações como um todo, quanto ao contexto de ensino–aprendizagem da língua portuguesa.

Os trabalhos de Bagno são úteis para pesquisadores e estudantes que queiram conhecer e se aprofundar mais nessa temática. Dessa maneira, e como já pontuamos em seções anteriores o que nos interessa de suas obras iniciais mais provocadores sobre o assunto, não iremos repetir nas próximas seções o que o autor já disse, mas trazer, com base em suas observações, contribuições a partir de pesquisa situada, por meio de questionamentos, confrontações de ideias e também sugestões. Para a coleta de dados utilizamos a técnica de entrevista:

[...] Há diferentes tipos de entrevistas, que variam de acordo com o propósito do entrevistador: a. Padronizada ou estruturada. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário [...] é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano (MARCONI, 2008, p. 80-2)

As entrevistas foram realizadas de forma individualizada com os acadêmicos(as) para a obtenção de informações concernentes aos objetivos da pesquisa, de modo que o tipo de entrevista utilizada foi a estruturada. As perguntas foram formuladas antecipadamente seguindo um roteiro, os participantes também foram previamente selecionados, cinco acadêmicos(as) dos períodos finais do curso de Letras com idade entre 20 e 29 anos.

Todos os entrevistados são acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína. As entrevistas ocorreram de forma tranquila, sendo interrompida algumas vezes somente para repetir a última pergunta que foi reformulada para uma melhor compreensão. As perguntas feitas aos entrevistados(as) foram as seguintes:

- 1) O que você pensa a respeito do preconceito linguístico?

- 2) Você acredita que existe um modo “certo” e “errado de falar”.
- 3) As pessoas têm o direito de usar as variedades da sua língua materna em qualquer lugar ou ambiente?

Todas as entrevistas foram realizadas de forma direta, modo pelo qual o entrevistador(a) fica frente a frente com o entrevistado(a), e, presencialmente, o entrevistador(a) pergunta e o entrevistado(a) responde.

Essa estratégia auxilia na explicação do que concerne ao preconceito linguístico, isto é, visto como um fenômeno contemporâneo. Como explica Yin (2001), o pesquisador não tem controle sobre os eventos e comportamentos durante a coleta de dados e usa como fontes de evidências a observação direta e as entrevistas. O estudo adotou, nessa pesquisa de abordagem qualitativa, uma estratégia descritiva e interpretativa, mediante a técnica de análise de conteúdo (AC) a fim de verificar “por que” os acadêmicos entrevistados pensam de determinada maneira sobre o preconceito linguístico, bem como sobre suas vítimas.

Essa técnica de AC é definida por Laurence Bardin (2016) como técnicas de análise das comunicações que obtêm, por meio de procedimentos sistemáticos, a descrição do conteúdo de mensagens quantitativas ou não. Nesta pesquisa a função e mobilização dessa técnica é descrever o conteúdo das mensagens emitidas pelos entrevistados, no caso, os(as) acadêmicos(as) do curso de Letras, possibilitando inferir ou deduzir conhecimentos sobre vários fatores. Mas, para analisar o conteúdo das mensagens, antes é preciso efetuar o que Bardin chama de categorização:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 2016, p. 117)

Essa categorização foi feita da seguinte forma: de posse do conteúdo das entrevistas, para cada pergunta feita ao entrevistado foi observado um padrão de resposta, e assim, de acordo com esse padrão de resposta para cada uma delas, o resultado foi uma categoria.

4. *Posicionamentos dos estudantes*

Iniciamos essa seção de análise com um questionamento fundamental para sujeitos que escolhem a área das Ciências Humanas, em especial um curso que reflete sobre a língua e a linguagem: os acadêmicos de Letras (UFT), em seus posicionamentos sobre o preconceito linguístico, de qual lado estão? De opressores ou de oprimidos?

Todos os(as) entrevistados(as) para essa pesquisa se posicionaram cada um a seu modo particular, o que nos mostra suas bagagens de vida suas aspirações e talvez deixando até uma pista de como se posicionarão no futuro como professores(as). Sobre ações e reações, escolhas e posicionamentos, Freire (2000), acreditava que:

A luta ideológica, política, pedagógica e ética a lhe ser dada por quem se posiciona numa opção progressista não escolhe lugar nem hora. Tanto se verifica em casa, nas relações pais, mães, filhos, filhas, quanto na escola, [...] O fundamental, se sou coerentemente progressista, é testemunhar, como pai, como professor, como empregador, como empregado, como jornalista, como soldado, cientista, pesquisador ou artista, como mulher, mãe ou filha, pouco importa, o meu respeito à dignidade do outro ou da outra. Ao seu direito de ser em relação com o seu direito de ter. (FREIRE, 2000, [n.p.])

Para corroborar a citação de Freire, analisemos sob esse mesmo ponto de vista o posicionamento do entrevistado A1, que fala sobre o resultado que o preconceito linguístico produz. Ou seja, a discriminação dos falantes de língua portuguesa por outros falantes da mesma língua. O entrevistado usa também em sua fala palavras como: poder conquista e domínio, para se referir à língua portuguesa, e a palavra “exclusão” para concluir seu posicionamento.

Quando falamos em poder consequentemente podemos falar em domínio, quando falamos em domínio podemos falar sobre a exclusão decorrente dele, e assim por diante. É sobre essas e outras questões que Bagno (1999) vem afirmando para nós que essas pessoas sem instrução formal, as quais, segundo alguns discursos generalizantes, ‘falam tudo errado’, também falam o português brasileiro, mas é a variedade de português não padrão que tem sua própria gramática, porém essa variedade e essa gramática não são reconhecidas e nem são validadas por discursos dominantes.

Temos, então, que fazer a seguinte reflexão: independentemente de a variedade não padrão não ter esse reconhecimento ou essa validade,

haverá aqueles que sairão em defesa da dignidade do outro. Como podemos observar na fala do entrevistado A2, que vê o preconceito linguístico como algo negativo e, ao mesmo tempo, reconhece que as pessoas têm modos de falar diferentes das outras, sabendo diferenciar implicitamente o monolinguismo da homogeneidade linguística e deixando clara a responsabilidade dos acadêmicos na luta contra o preconceito linguístico.

No posicionamento do entrevistado A3, entramos na questão do conhecimento e da exclusão. Ou seja, defende que conhecimento como algo a ser adquirido por meio da aprendizagem formal não deveria “andar de mãos dadas” com a exclusão. Mas, infelizmente, uma grande parcela daqueles que adquiriram conhecimento gramatical e detém o domínio satisfatório no uso da norma-padrão acaba cometendo preconceito linguístico contra os que não têm.

Esse problema também é uma questão de acesso à aprendizagem que na fala de A3, visto observar os que tiveram acesso se sobrepõe aos que não tiveram. E ainda temos que separar o conhecimento linguístico do conhecimento gramatical que capacitam os falantes de forma diferente. É como Bagno (1999) reforça, isto é, não podemos acabar com o preconceito linguístico do dia para a noite, precisamos de uma transformação radical da sociedade em que estamos transformação dos mecanismos de controle que geram dominação e marginalização. Isso pode parecer utópico, mas deveria ser um alvo a se perseguir.

Não só a questão de acesso ao conhecimento linguístico e gramatical como algo necessário, mas também, como foi exposto anteriormente, o que essa falta de conhecimento produz. Na resposta do entrevistado A4, a categoria conhecimento, ou seja, a falta do conhecimento linguístico (científico e não meramente do senso comum) afeta de modo negativo tanto quem possui apenas o conhecimento e domínio das normas gramaticais quanto àqueles que não possuem nenhum dos dois, sendo mais negativo nesse último caso.

Com efeito, os falantes opressores que dominam a norma padrão, mas não tem conhecimento linguístico (no sentido científico), podem reproduzir o preconceito linguístico; e os que não possuem os dois estarão vulneráveis aos ataques de seus opressores, não podendo debater ou se defender de modo justo e igualitário. Os falantes oprimidos precisam se autoafirmar enquanto falantes de língua portuguesa brasileira valorizando sua identidade. Mas, para isso, precisam ter acesso ao

conhecimento, o que demanda estímulos e incentivos por parte do governo em forma de políticas públicas voltadas para essa temática.

Em sua resposta, o último entrevistado A5 também contemplou a categoria conhecimento. Para ele(a) o preconceito linguístico acontece quando a pessoa não tem o mesmo conhecimento da língua tal qual os acadêmicos de Letras. Essa afirmação gerou um ponto de interrogação na pesquisa, porque levou-nos a pensar que, para A5, os conhecedores dos fenômenos da língua tendem a não cometer o preconceito linguístico.

No entanto, Bagno (2003), na obra “A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira”, fala sobre a desonestidade intelectual de alguns que já adquiriram conhecimento linguístico. Esses falantes opressores reproduzem o preconceito linguístico para se sentirem superiores às outras pessoas, usando de todos os meios para agredir a identidade e a dignidade dos demais falantes.

Apesar de muitos gramáticos e leigos considerarem algumas ocorrências da fala como “erro”, a ciência linguística traz explicações concretas sobre elas, por isso precisamos pensar no preconceito linguístico não só como uma questão exclusiva da fala ou da escrita, mas pensar também no peso que a raça, o gênero e as classes sociais acabam tendo para que indivíduos em posição de vantagem/privilegio cometam o preconceito linguístico.

5. Considerações finais

Este estudo destacou, como prevalente na análise, que, para os(as) acadêmicos(as), o preconceito linguístico era uma questão de conhecimento. Ou seja, decorre de as pessoas terem ou não o conhecimento da gramática normativa e o domínio da norma padrão (ou culta). O papel da universidade na formação de futuros(as) professores(as) é oferecer conhecimento teórico, técnico, científico, crítico e emancipador. Os resultados refletem, de certo modo, o tipo de professor(a) que a Universidade está formando. Apesar de os resultados, conforme a análise dos posicionamentos dos estudantes entrevistados mostrarem-se positivos destacamos a necessidade de inclusão da disciplina de Sociolinguística na matriz curricular do curso de Letras para que os(as) acadêmicos(as) estejam completamente munidos de conhecimentos para compreender a dimensão da temática e enfrentar o preconceito linguístico do modo possível, adotando uma prática não

depreciativa em relação à linguagem, mormente a dos poucos ou não escolarizados, adotando uma pedagogia de reflexão sobre a língua sem ferir a dignidade e identidade dos seus alunos(as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. *A língua de Eulália*, a novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 48. e 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. de Luís Antero Reto. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARCONI, M. A. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Outra fonte:

PRECONCEITO. In: *Michaelis -Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/preconceito/>. Acesso 25 de janeiro de 2020.